



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003929-87.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes**
 Requerente: **Antonio Leone**
 Requerido: **EMBRATEL EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES SA**
 Prioridade Idoso

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter adquirido no final de 2012 aparelho e linha telefônica da ré, recebendo pouco depois carta de cobrança de quantia indevida.

Alegou ainda que informou à ré que nada lhe devia e que teria sido vítima de fraude por parte do vendedor com quem teve contato.

Salientou que a ré chegou a emitir declaração de quitação de débitos relativamente ao ano de 2013, mas ainda assim promoveu sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito sem que tivesse motivo para tanto.

Almeja à declaração de inexistência da aludida dívida e ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que sofreu.

O contrato celebrado entre as partes em dezembro de 2012 está comprovado a fl. 12, ao passo que a ré admitiu pelo documento de fl. 19 que o autor não tinha débitos pendentes para com ela referentes a faturas vencidas em 2013.

Sem embargo, realizou sua negativação, como se vê a fl. 18.

Já em contestação genérica a ré não impugnou os fator articulados pelo autor e tampouco se manifestou sobre a prova documental destacada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Limitou-se a asseverar que não houve falha na prestação de seus serviços e que a negativação do autor equivaleu a exercício regular de seu direito.

Diante desse cenário, o acolhimento da pretensão deduzida é de rigor.

Isso porque a ré não justificou minimamente qual a origem do suposto débito a cargo do autor, deixando de dar qualquer explicação a esse propósito.

Como se não bastasse, não refutou na peça de resistência as alegações expendidas na petição exordial, além de não tecer um comentário sequer sobre os documentos que evidenciam a negativação do autor sem que houvesse lastro para tanto.

É o que basta para a declaração da inexistência da dívida em apreço e também para a caracterização de danos morais passíveis de reparação, consoante pacífica jurisprudência:

“Consoante jurisprudência firmada nesta Corte, o dano moral decorre do próprio ato lesivo de inscrição indevida junto aos órgãos de proteção ao crédito, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela autora, que permite, na hipótese, facilmente presumir, gerando direito ao ressarcimento” (REsp 679.166/MT, Rel. Min. **JORGE SCARTEZZINI**).

“Em se tratando de cobrança indevida, de rigor o reconhecimento de que a inscrição do nome do apelante no rol dos inadimplentes foi também indevida, daí decorrendo o dano moral por ele reclamado, passível de indenização. É entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça que nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes o dano moral configura-se in re ipsa, prescindindo de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica” (AgRg no REsp 860.704/DF, Rel, Min. **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**).

No mesmo sentido: REsp. 110.091-MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JÚNIOR**; REsp. nº 196.824, Rel. **CÉSAR ASFOR ROCHA**; REsp. 323.356-SC, Rel. **ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO**).

Todavia, o valor da indenização não haverá de ser o proclamado pela autora, que se afigura excessivo.

À míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica dos litigantes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização pelos danos morais suportados pelo autor em seis mil reais.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência da dívida tratada nos autos e para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fls. 22/23.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 13 de junho de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**